

# GAÚCHOS NO MARANHÃO: AGENTES, POSIÇÕES SOCIAIS E TRAJETÓRIAS EM NOVAS FRONTEIRAS DO AGRONEGÓCIO

Rafael Bezerra Gaspar  
Maristela de Paula Andrade

## RESUMO

O artigo discute o ponto de vista dos chamados *gaúchos* – produtores de soja e outros grãos – sobre estratégias de deslocamento e estabelecimento no Leste Maranhense. Aborda as origens sociais, as categorizações de que são objeto pelos nativos da região, assim como suas autotaxiações e representações sobre o universo do *agronegócio* no Maranhão. Enfatiza, assim, a expansão dessa agricultura em novas fronteiras do país sob a ótica dos agentes diretamente envolvidos.

## PALAVRAS-CHAVE

Gaúchos. Agronegócio. Leste Maranhense.

## ABSTRACT

This article discusses the view of the *gaúchos* - producers of soybeans and other grains - on the strategies of displacement and property in East Maranhão. Discusses their social origins, the categorizations given by the natives to them, as well as their self-designations and representations about the universe of *agribusiness* in Maranhão. Thus, emphasizes the expansion of this new agricultural frontiers in the country from the perspective of the agents directly involved.

## KEYWORDS

Gaúchos. Agribusiness. East Maranhão.

## 1 Apresentação

Este texto apresenta parte das reflexões já desenvolvidas em outro trabalho (GASPAR, 2013)<sup>1</sup>, vinculando-se à discussão mais ampla sobre aspectos sociais da *sociedade do agronegócio* (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Incorpora, assim, preocupações que se filiam a um conjunto recente de estudos (ALMEIDA, 2013; COMERFORD, 2011; DESCONSI, 2011; NOVAES, 2011; RUMSTAIN, 2012; SOUZA JÚNIOR, 2011) que analisam, sob uma perspectiva qualitativa, distintas e semelhantes configurações sociais em áreas identificadas como do *agronegócio* em estados como Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia.

Alguns desses estudos recentes se referem aos vários significados do termo *agronegócio* e se preocupam com o conjunto de relações sociais produzidas em regiões alcançadas por essa atividade (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Outros, de diferentes áreas de conhecimento, procuram analisá-lo com foco na especialização dos *fronts* agrícolas de grãos no cerrado do país (BERNARDES; BRANDÃO FILHO, 2009; SCHLESINGER ET al., 2008) ou nos impactos e conflitos socioambientais produzidos pelo seu avanço (WELCH; FERNANDES, 2008).

Em trabalhos anteriores e tomando o Maranhão como universo empírico, centramos nossa reflexão na economia camponesa do Sul Maranhense, alcançada pelos chamados *gaúchos* (denominação genérica para agricultores oriundos de estados do Sul do país) em meados da década de 1970, e impactada por profundas transformações decorrentes

da colocação da terra no mercado e simultânea mecanização da agricultura (PAULA ANDRADE, 2008). Naqueles textos<sup>2</sup>, porém, o foco da análise ancorava-se no ponto de vista dos camponeses da região (pequenos proprietários, posseiros autodenominados *moradores de terra da nação*, vaqueiros e *agregados* de fazendas de gado) que praticavam uma agricultura chamada de *toco* por órgãos oficiais, sendo considerada atrasada e irracional quando comparada à dos produtores de grãos atraídos para a região. Naquele momento, só secundariamente tratamos do ponto de vista desses agricultores oriundos do Sul do país e de origem europeia que chegaram a Balsas, no Sul Maranhense, e que se autorrepresentavam como *pioneiros* na introdução da agricultura de grãos em larga escala no Maranhão.

No presente artigo, dando continuidade àqueles estudos, procuramos destacar os aspectos das estratégias adotadas por esses chamados *gaúchos*, tomando para reflexão suas trajetórias, assim como relações travadas com outros agentes sociais nas diversas regiões por onde vêm se deslocando ao longo das últimas décadas até chegar ao Leste Maranhense por volta do início dos anos 1990.

O trabalho de campo, no âmbito da pesquisa que origina esse artigo, foi realizado, principalmente, nos municípios de Anapurus e Chapadinha, no Leste Maranhense, onde se encontra um número expressivo desses agricultores que passaram a produzir grãos em larga escala nessa nova fronteira agrícola no Maranhão, encarada por muitos como um “novo eldorado dos *gaúchos*” (GASPAR, 2013). Nas viagens à sede dos

1. Pesquisa de mestrado defendida, em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA e publicada em livro (GASPAR, 2013).

2. “Os *gaúchos* descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa”, de 1982, e “A modernização da agricultura e a colonização do Sul Maranhense”, de 1983, foram reunidos em livro em 2008.

dois municípios, mantivemos contato, primeiramente, com moradores locais ligados ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapurus. Estabelecemos relação, ainda, com uma professora residente neste município – chamada Rosário<sup>3</sup> – e que fora nossa informante em trabalhos passados (PAULA ANDRADE, 1995) quando ainda residia na zona rural.

Com seu deslocamento para a sede municipal e atuação em cargo público, ela passara a manter relações de amizade com alguns produtores de soja estabelecidos nesse município, tornando-se interlocutora fundamental nos primeiros momentos da pesquisa. Fez a mediação para contato com alguns agricultores *gaúchos* e, também, com outros moradores que mantinham ou não aproximação com esses produtores de soja. De sua casa, onde ficamos hospedados, passamos a procurar esses agricultores para entrevistá-los.

Posteriormente, buscamos outros contatos com esses agentes sociais em Anapurus, principalmente por meio das indicações obtidas com os primeiros entrevistados. Optamos, também, pela aproximação com os chamados *gaúchos* que residem no município vizinho, o de Chapadinha. É importan-

te ressaltar que tais agentes não desenvolvem apenas atividades como agricultores de grãos, mas foram identificados também *gaúchos* na posição de advogados, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e comerciantes. Para fins da pesquisa, selecionamos apenas aqueles que se dedicam à agricultura.

No decorrer do trabalho de campo, procuramos aqueles cuja presença era apontada como a mais antiga ou vistos como os que tinham facilitado o estabelecimento dos agricultores *gaúchos* na região. As situações de entrevista incluíam, na maioria delas, somente o agricultor, envolvendo, porém, em algumas oportunidades, a participação de seus familiares, como irmãos, filhos e filhas. As entrevistas foram realizadas em suas residências nas sedes daqueles municípios ou em suas *fazendas*<sup>4</sup>, no caso daqueles que aí residiam.

## 2 Leste maranhense: sojicultura nas chapadas

A área pesquisada integra oficialmente a Mesorregião Leste Maranhense<sup>5</sup>, na porção oriental do Maranhão, limítrofe ao estado do Piauí, apresentando zonas geo-

3. Optamos pela adoção, em todo o texto, de nomes fictícios para os moradores locais e para os chamados *gaúchos*.

4. As chamadas *fazendas de soja* abrangem os *campos* destinados ao cultivo de grãos e são constituídas das seguintes estruturas: os chamados *galpões* – médias e pequenas instalações destinadas ao abrigo da maquinaria e de outros instrumentos utilizados no cultivo agrícola e nos tratamentos culturais; os *silos* – galpões maiores destinados ao armazenamento dos grãos e os chamados *secadores*, grandes estruturas metálicas integradas aos *silos* maiores que, por sua vez, são denominados como *silos-secadores*, *silos graneliros* ou *silos de armazenamento* (GASPAR, 2013).

5. Oficialmente denominada de Leste Maranhense pelo IBGE, essa Mesorregião é conhecida também genericamente como *Baixo Parnaíba*. Esta denominação é adotada, principalmente, por integrantes de movimentos sociais como o Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense, membros de associações comunitárias, instituições confessionais e sindicatos de municípios da região. A referência ao chamado *Baixo Parnaíba* não coincide com a área oficial correspondente à Mesorregião Leste Maranhense, mas se refere, principalmente, às áreas geográficas que integram alguns municípios dessa região, como Santa Quitéria do Maranhão, Brejo, Anapurus, Mata Roma, Chapadinha, Buriti, Urbano Santos, São Bernardo, Barreirinhas, Belágua, São Benedito do Rio Preto, Santana do Maranhão, Milagres do Maranhão.

morfológicas de contato entre os biomas cerrado e caatinga. É constituída de seis microrregiões – Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itapecuru, Codó e Caxias. Juntas, tais microrregiões abrangem 44 municípios, com uma área de 70.606,230 km<sup>2</sup> e população total estimada em 1.336,005 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010).

As formações florestais da região são classificadas localmente como *chapadas*, *baixões* e *capões* (CARVALHO, 2012; PAULA ANDRADE, 2012, 1995).<sup>6</sup> De acordo a taxonomia nativa, as *chapadas* são áreas tidas como abertas e altas, árvores dispersas, com poucos cursos d'água e, historicamente, vêm sendo utilizadas pelas famílias camponesas para a criação de pequenos animais e de bovinos, assim como para a caça e o extrativismo vegetal. Por outro lado, os *baixões* manejados e apropriados com vistas à produção agrícola familiar são por eles classificados como constituídos de terrenos mais baixos, alagadiços e com presença de cursos d'água.

Quanto aos *capões*, são formações florestais apontadas pelos camponeses como porções de solo mais férteis presentes nas *chapadas* e que, em determinadas circunstâncias, também apresentam condições para o exercício do trabalho agrícola camponês. Estudos mais recentes (PAULA ANDRADE,

2012) indicam que os *capões* e *morros* permitem o desenvolvimento da agricultura camponesa a partir do manejo nativo do solo. Além desses ambientes, boa parte do Leste Maranhense conta com recursos hídricos de diferentes portes – olhos d'água, nascentes, córregos, riachos, brejais, rios e seus afluentes, açudes, lagoas e lagos – também manejados no âmbito da agricultura familiar e onde são praticados diferentes tipos de pesca e extrativismo vegetal para a confecção de objetos e utensílios domésticos.

A partir da década de 1980, as áreas do cerrado local, principalmente as *chapadas*, transformaram-se drasticamente com a expansão de atividades agroindustriais no Maranhão. Inicialmente, implantaram-se os campos de eucalipto da Comercial e Agrícola Paineiras Ltda, subsidiária do Grupo Suzano Papel e Celulose. Em um segundo momento, veio produção de carvão vegetal a partir da extração de madeira nativa realizada pela Marflora – Maranhão Reflorestadora Ltda., braço florestal da siderúrgica Maranhão Gusa S/A –Margusa<sup>7</sup> – e destinada às unidades de produção de ferro gusa na área de influência de atividades relacionadas ao Programa Grande Carajás. Atualmente, o Grupo Suzano retomou as áreas de “manejo florestal sustentado” da Marflora para plantio de eucalipto com vistas à produção de papel e celulose (PAULA ANDRADE, 2012).

6. Sobre região no Piauí, limítrofe à área em questão e o manejo e apropriação de *chapadas* e *baixões*, ver Moraes (2009) e Godói (1999).

7. A Margusa foi fundada em 1991 pelo grupo japonês Yanmar (Yanmar do Brasil S/A) e permaneceu em operação até 1995, transformando madeira nativa em carvão. Em 1996, a empresa foi desativada, permanecendo assim até 1997, quando foi comprada pela Calsete Siderurgia Ltda., de Minas Gerais. Entrou em funcionamento novamente e assim permaneceu de 1997 a 2003. Em dezembro de 2003, foi adquirida pelo Grupo Gerdau, sendo que sua fábrica de maior capacidade produtiva se localiza em Contagem, Minas Gerais. A base florestal da Margusa foi montada via plantio de 42 mil hectares de áreas arrendadas da Comercial Agrícola Paineiras Ltda (CARNEIRO, 2008; PAULA ANDRADE, 2012, 1995).

A expansão da produção sojícola no Leste Maranhense, na *microrregião* de Chapadinha, somente aconteceu no final de 1990. Em termos gerais, a irregularidade em registros oficiais de posse e propriedade de terras vinculada à fraca atuação oficial de regularização fundiária intensificou a concentração da terra em uma região já marcada, em tempos passados, pela grande propriedade (CARNEIRO, 2008). Esse quadro levou à incorporação de extenso estoque de terras ao patrimônio de agentes econômicos que passaram a atuar na produção de grãos na região (PAULA ANDRADE, 1995; SHIRAIISHI NETO, 1995).

Os órgãos fundiários nunca procederam a ações discriminatórias – administrativas ou judiciais – que pudessem deslindar o emaranhado de situações envolvendo terras públicas – áreas ocupadas há centenas de anos por posseiros, herdeiros de terras sem partilha e pequenos proprietários – e aquelas da grande propriedade particular (CARNEIRO, 2008; PAULA ANDRADE, 1995). Para tornar mais complexa a estrutura fundiária da região, após 1988, vários grupos camponeses passaram a reivindicar do Estado o reconhecimento de suas terras como territórios quilombolas (CARNEIRO, 2008; SOUZA FILHO, 2008).

Desta forma, no contexto nacional das políticas de incentivo ao chamado *agronegócio* (CARNEIRO, 2008; FERNÁNDEZ, 2007; GRZYNSZPAN, 2009; HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010), o Leste Maranhense tornou-se, no início dos anos 2000, o segundo pólo da sojicultura no Maranhão, com concentração na Microrregião de Chapadinha. Os municípios já alcançados diretamente pela expansão dos monocultivos no Leste Maranhense atualmente são: Anapurus, Brejo, Buriti de Inácia Vaz, Chapadinha, Mata Roma e Milagres do Mara-

nhão, com crescente produção de arroz, milho, milhete e, sobretudo, soja (HOLANDA, 2008).

Destaca-se, também, nesse contexto de expansão do *agronegócio* no Leste Maranhense, a proximidade geográfica a portos de grande movimentação, como o de Itaqui, em São Luis, distante 300 km de Chapadinha. Tal proximidade do ponto de escoamento para outros países apresentou-se como grande vantagem, em termos de custos e logística, já que o outro polo graneleiro do estado, localizado no Sul Maranhense, e cuja cidade principal é Balsas, encontra-se a 800 km daquele porto. Este principal polo do estado iniciou-se em meados da década de 1970 e se consolidou no início dos anos 1990 como resultado do *boom* da soja, intensificado pelos incentivos fiscais federais por meio do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) para os anos 1970 (PAULA ANDRADE, 2008) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (PRODECER) nos anos 1990 (CARNEIRO, 2008; HOLANDA, 2008; SOUZA FILHO, 1995).

### 3 Gaúchos: categorias e categorizações

Um dos aspectos relevantes que marcam o processo de apropriação das áreas de cerrado do Leste Maranhense para a implantação de plantios em larga escala de arroz, milho, milhete e sobretudo soja, corresponde à presença e participação de agricultores que se autodenominam e são chamados localmente de *gaúchos*. A maioria desses agricultores reside nas sedes dos municípios da região, principalmente em Chapadinha, Anapurus, Brejo e Buriti. Muitos deles, porém, também residem em suas

*fazendas*, geralmente situadas à margem da rodovia MA 230, que separa os municípios da região (GASPAR, 2013).

Vulgarmente, a categoria *gaúcho* poderia ser entendida como um qualificativo daqueles que têm como local de nascimento o estado do Rio Grande do Sul. Encontramos, porém, nos municípios do Leste Maranhense, dentre aqueles que se autocategorizam e assim são classificados por terceiros, tanto os nascidos naquele estado como aqueles provenientes de outras unidades da federação, do Sul e Sudeste do país, como Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Para os camponeses do Leste Maranhense, no entanto, a distinção entre local de origem e local de nascimento desses novos agentes sociais interessados na terra não é levada em conta, necessariamente, quando se trata de identificar quem é *gaúcho*. Entre os nativos com os quais mais mantivemos contato – no caso, integrantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Anapurus e pessoas por eles indicadas –, a denominação *gaúcho* foi atribuída aos agricultores que produzem soja, mesmo que sua origem não seja o Rio Grande do Sul. A princípio, embora essa observação indique que a classificação local de quem é *gaúcho* seja algo simples, pois indica alguém relacionado ao cultivo da soja, observamos que outros elementos entram em jogo quando se toma para reflexão o contexto analisado.

De fato, a menção recorrente à categoria *gaúcho*, de parte dos nativos, está vinculada, fundamentalmente, àqueles que se dedicam à agricultura de grãos ou a outros empreendimentos relacionados à atividade (empresas de sementes, fertilizantes ou de maquinário agrícola). À primeira vista, portanto, para os da região, os *gaúchos* – e não apenas o chefe da família, mas todos os seus membros – seriam os proprietários das chamadas *fazendas*

e estariam envolvidos em atividades relacionadas ao cultivo de grãos em grande escala, o que os unificaria, constituindo-os como universo homogêneo.

Ao longo da pesquisa, porém, registramos outros agentes sociais a quem é atribuída a designação de *gaúcho*, que serve para nomear não apenas os proprietários de *fazendas*, mas também os assalariados por estes contratados. Tais trabalhadores, oriundos de outros estados, também são chamados de *gaúchos* pelos moradores da região.

Segundo os próprios autodenominados *gaúchos*, por outro lado, um indivíduo de fora do Maranhão, independentemente do local de nascimento ou de origem, pode vir a ser classificado como tal pelos moradores locais devido às relações de amizade existentes entre o forasteiro e aqueles agricultores do Sul e Sudeste do país já estabelecidos na região. Nesse caso, ser próximo de alguém já reconhecido como *gaúcho* implica em ser assim também categorizado, mesmo que não desempenhe nenhuma função relativa à sojicultura.

Identificamos, também, outros atributos acionados pelos nativos para identificar os chamados *gaúchos*. Rosário, professora e moradora de Anapurus, sempre utilizava a expressão “raça de *gaúchos*” para diferenciá-los dos moradores da região, representando-os como um grupo homogêneo ligado à produção de soja. Outros traços, como o costume de tomar chimarrão na entrada da casa ou apreciar churrasco e cerveja, foram também apontados por essa informante e outros moradores como marcadores identitários dos chamados *gaúchos* (GASPAR, 2013).

Essas referências reforçam a representação nativa desses *gaúchos* como integrantes de uma cultura homogênea, o que permitiria reconhecê-los por meio de emblemas

ou sinais, como a cor da pele ou hábitos alimentares. Tais sinais apontariam para diferenças de caráter étnico, conforme assinala Barth (1998), reforçando, para os da região, a existência de uma suposta *cultura dos gaúchos*, representação que enfatiza fatores socialmente relevantes nesse contexto relacional, reconhecidos como característicos de uma pertença étnica (BARTH, 1998).

Ainda sobre as classificações sociais, em conversas com dois interlocutores nativos – Rosário e Raimundo (à época, ele era integrante da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Anapurus) – apareceram certos modos de ser específicos e atribuídos aos chamados *gaúchos*, como: “eles trabalham de domingo a domingo”, “*gaúcho* não fica parado” ou “termina uma atividade, os *gaúchos* começam outra.” Tais representações se organizam com base na construção de uma imagem e identidade do *gaúcho trabalhador*, de modo semelhante ao que foi estudado por Haesbaert (1997, p. 174) em relação àqueles que se estabeleceram no Oeste Baiano, na década de 1980.

Por outro lado, a categoria *produtores rurais* foi acionada pelos agricultores *gaúchos* entrevistados para se autoclassificar. Observamos esse aspecto na entrevista com Jonas, de 60 anos, residente em Chapadinha e produtor de soja, arroz, milho e milho em sua *fazenda* situada no município Brejo, a 67 km do seu local de moradia.

Pesquisador: O senhor se define como?

Jonas: Produtor rural familiar, montada pela própria família com alguma mão de obra contratada de fora. Agora, nós somos classificados, aqui, como grandes produtores, na verdade na nossa atividade nós temos alguns grandes produtores aqui, mas a maioria são, vamos [dizer], em médios e pequenos produtores. Produtor de soja, viável, pra você ter

continuidade, você vai ter que ter no mínimo, vamos dizer, 300 hectares de soja plantados, senão você não compra nada, não viabiliza nada, você quebra, né. Então, pequeno produtor de soja é 300 hectares. O grande produtor de alface é 1 [hectare]. Eu costumo dizer que, o que é um grande produtor e um grande proprietário, depende do que ele planta, né.

Pesquisador: Esses [tipos de] produtores que você citou seriam os pioneiros?

Jonas: Não, eu acho que os pioneiros são pequenos produtores. Normalmente, quem vai para o front da guerra é o soldado raso, depois é que os generais vêm olhar o que é que aconteceu. Os grandes produtores são empresas hoje, tipo SLC, Prio, que vieram se instalar depois que os soldados já morreram uma parte e tal, a terra está limpa. Essas empresas são as grandes produtoras da região. Acima de três, quatro mil hectares, já, acima disso (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

A qualificação como *pequenos e médios*, em oposição ao que define como *grandes produtores*, no caso da sojicultura, é adotada pelo entrevistado para classificar o que entende como sendo a maioria dos *gaúchos* do Leste Maranhense. Utilizando o exemplo da produção de alface, o entrevistado distingue *grande produtor* e *grande proprietário* – enquanto para o caso da soja, segundo ele, a área mínima de cultivo seria de 300 ha, indicando assim a quantidade de hectares adquiridos e a constituição de uma estrutura de viabilidade das safras como principais critérios para se alcançar a posição de *grande produtor*. Em seu ponto de vista, propriedades de até 300 ha transformariam os *gaúchos* instalados nessa região em *pequenos e médios* produtores de soja, enquanto aos olhos dos camponeses esses mesmos

agricultores seriam considerados *grandes*, o que ressalta o caráter relacional desse sistema de classificação de diferentes segmentos de produtores rurais do Leste do Maranhão.

Provocado quanto à conceituação do chamado *pioneiro*, o entrevistado o define como um *pequeno* produtor. Esse agente social, entendido como o introdutor de uma nova agricultura no Maranhão, consolidada com o incremento gradativo da produção de soja, é associado a um contexto de mudanças sociais e econômicas que marcou a sucessiva presença dos chamados *gaúchos* em áreas transformadas pela dinâmica do *agronegócio*.

Uma parte desses *pioneiros*, comparados pelo entrevistado a *soldados rasos* em uma guerra, pereceria em sua tentativa de se constituir como produtores de soja para que a fronteira fosse aberta. Esses viriam antes, “limpando a terra”, e permitindo a inserção na região, depois deles, de grandes grupos econômicos que passariam a destinar milhares de hectares à sojicultura. A metáfora do *front de guerra* indica que ocupar novas áreas, como essa do Maranhão, implica árdua batalha em busca de terra e de condições que viabilizem a reprodução do núcleo familiar dos que chegam à nova fronteira.

Os princípios que organizam esse sistema classificatório permitem que os chamados *gaúchos* se categorizem entre si e com relação aos grupos nativos, como aqueles capazes de incorporar ao processo produtivo técnicas agrícolas consideradas modernas e avançadas, alcançadas a partir de sua passagem por outros estados antes da chegada ao Maranhão. Os chamados *soldados rasos*, categorizados como *pequenos produtores* que chegaram nos primeiros anos de abertura da nova fronteira agrícola, sem recursos e sem tecnologia, são representa-

dos como aqueles que teriam aberto caminho aos possuidores de maior volume de capital. Esses teriam tido maiores oportunidades econômicas e facilidades relativas ao conhecimento das condições ambientais e do solo inaugurado pelos primeiros e, por esse motivo, são representados como uma espécie de *gerais* que chegam depois para se apropriar de grandes extensões de terra e se afirmar como grandes produtores.

As representações que separam *grandes* e *pequenos* sojicultores por vezes se constroem, também, a partir da avaliação do montante de recursos econômicos e técnicos acessados pelo agricultor ao se estabelecer no Maranhão. Nesse sentido, as categorias *grande proprietário* e *grande produtor* novamente não coincidem, ambos se distinguindo em relação à maior ou menor acumulação de recursos econômicos obtidos antes do estabelecimento no Maranhão. Desta forma, os *gaúchos* que chegaram nos primeiros anos de abertura da produção sojícola no Leste Maranhense podem ser representados como *pobres* e até como *aventureiros*, ou seja, aqueles apontados como totalmente desprovidos de recursos, sejam financeiros ou tecnológicos, como afirma Paulo, ex diretor da Confederação Empresarial do Alto Minho (CEVAL). Como diretor desta empresa, vendida posteriormente para o grupo Bunge, esse entrevistado afirmou que foi um dos chamados *gaúchos* que consolidou a produção sojícola tanto em Barreiras, na Bahia, quanto no Sul do Maranhão.

Paulo: Os agricultores que vieram para cá [Leste Maranhense] eram agricultores pobres, não eram agricultores que tinham um patrimônio grande lá [no Sul do país], e eles vieram para cá [Leste Maranhense] e começaram com recurso próprio..., ele veio pra cá com a cara e a coragem.

Pesquisador: Esses de Chapadinha?

Paulo: Esses de Chapadinha. A maioria das fronteiras agrícolas começa com um aventureiro, muitas vezes, né.

As representações dos próprios *gaúchos* em torno das categorias *grande* e *pequeno produtor* de soja permitem apontar para a passagem da condição econômica e social anterior, como proprietário de pequenas áreas no Sul do país, àquela de produtor de grãos em áreas mais extensas no Maranhão. Vale destacar que os primeiros a chegar ao Leste Maranhense encontraram dificuldades em anos iniciais de seu estabelecimento, pois não teriam acessado incentivos oficiais, nem obtido liberação de recursos para os primeiros investimentos. Distinguem-se, assim, daqueles *gaúchos* que se fixaram na região de Balsas em meados da década de 1970 e foram beneficiados por créditos bancários por meio de programas oficiais como o PROTERRA (PAULA ANDRADE, 2008).

#### 4 Deslocamento dos gaúchos e estabelecimento no leste maranhense

A presença desses agricultores em municípios do Leste Maranhense se vincula, historicamente, aos deslocamentos promovidos por diversas famílias de ascendência europeia estabelecidas no Sul do país e que, a partir dos anos 1960 e 1970, espalharam-se por estados do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país (OLIVEN, 2006; SEYFERTH, 1996). Tais movimentos coincidiram ou se

entrecruzaram, em diferentes momentos, com a expansão territorial da sojicultura em áreas de cerrado no país (FERNANDEZ, 2007; HAESBAERT, 1997; HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

A coincidência temporal entre tais processos de deslocamento dos chamados *gaúchos* e a implantação da sojicultura não ocorreu de forma uniforme. Por exemplo, no caso do Maranhão, em situações como aquelas do Sul Maranhense, em meados da década de 1970, as levas de agricultores de origem sulista foram incorporadas aos projetos agropecuários com ênfase, em sua fase inicial, na produção de arroz em larga escala via métodos intensivos de cultivo. A rizicultura em larga escala se colocou como estratégia de estabelecimento desses agricultores na região e, somente depois, foi introduzido o plantio de soja (PAULA ANDRADE, 2008).<sup>8</sup>

Os primeiros agricultores *gaúchos* que chegaram ao Leste Maranhense não foram beneficiados, necessariamente, por políticas de colonização, como aconteceu em situações envolvendo famílias sulistas no Centro-Oeste do país (DESCONSI, 2011; SANTOS, 1993). A fixação inicial desses chamados *gaúchos* no Leste do Maranhão decorreu de ações de particulares baseadas, fundamentalmente, na acumulação do patrimônio familiar nos locais de origem e naqueles por onde esses agentes se deslocaram (GASPAR, 2013).

Os entrevistados afirmaram sua ascendência e origem social vinculada aos colonos europeus estabelecidos no Sul do país,

8. Já se colecionam vários estudos que procuram dar conta das relações entre movimentos migratórios de grupos de origem do Sul do país e a implantação das culturas de grãos que compõem o mercado de *commodities*. Como ilustração, vejam-se os estudos de Desconsi (2011) e Fernandez (2007), em relação ao Mato Grosso, o de Haesbaert (1997) para o caso da Bahia e o de Alves (2006) para o Piauí.

especialmente no Rio Grande do Sul, em meados do século XIX (SEYFERTH, 1996). Relembrou a participação de suas famílias na pequena agricultura baseada nos cultivos de trigo, milho e soja, além da fabricação da farinha e da criação de animais domésticos, como gado, suínos e aves (SEYFERTH, 1996; WAIBEL, 1949).

Alguns, como Jonas, 60 anos, narram sua trajetória sob uma perspectiva singular, em relação ao conjunto dos outros produtores de soja, destacando a educação formal no meio urbano como elemento característico de uma geração de *gaúchos*, filhos e netos de colonos no Sul do país, que vieram a se fixar no Leste Maranhense.

Jonas: meu pai desistiu do interior quando meu avô morreu. Aí, de 24 hectares ele tocou uma parte pequena. A parte pequena não dava pra alimentar a família, foi daí que a gente saiu do interior e veio até para a cidade. Meu pai, então, foi agricultor, meu avô era agricultor, e eu já estou na parte urbana, me criei [aí] na infância. Minha infância não foi na roça, mas aí, já fui destinado a uma escola agrícola, é a parte que foi a especialização do ciclo.

Pesquisador: A maioria desses [produtores gaúchos] que estão aqui em Chapadinha também seguiram essa mesma trajetória?

Jonas: A maioria, a mesma trajetória.

Pesquisador: São formados em que, quais são as formações?

Jonas: Temos muitos técnicos em agricultura, tem uma série enorme de engenheiros agrônomos, eu acho que de um universo de 60, 70 famílias são, residindo aqui, mais de 15%, 20% são técnicos. Já faz parte dessa geração que foi para a escola, foi morar na cidade ou alguns ainda no interior foram pra escola e seguiram o mesmo caminho (Entrevista realizada em 12 de julho de 2009).

Interessante notar que a geração anterior àquela dos agricultores que se deslocaram para o Maranhão praticavam o que os entrevistados classificam como *agricultura de subsistência*, em oposição à atual *agricultura de negócio*, tal como realizam hoje no Maranhão. Conforme aparece no trecho da entrevista, o entrevistado se auto inclui em uma parcela de agricultores que conseguiu superar o que chama de *vida na roça* e ingressar na educação formal, no meio urbano. Diferentemente dos pais e de outros agricultores que não tiveram acesso ao capital escolar, a escola agrícola, para ele, significou o momento de se especializar e conseqüentemente, de construir uma posição social e cultural diferenciada no mundo do *agronegócio*.

Entende-se, assim, que a oportunidade de vivenciar estudos em uma escola técnica e superar seus antecessores serviu como trunfo para esse agente participar, anos mais tarde, da produção de grãos em larga escala. Essa ruptura com as trajetórias dos avós e pais inscreve-se em um contexto de mobilidade que se torna fundamental na vida desses agricultores.

Antes mesmo de se dirigir a outro estado, houve o deslocamento para o meio urbano, onde sua família tenta superar, ainda no estado de origem, as limitações impostas pela correlação entre propriedade e tamanho da família. Ao falar de si e dos demais *gaúchos* que compartilham posições similares, ressaltando suas habilidades técnicas e afastamento do que entende por *roça*, o entrevistado não somente classifica, por oposição, aqueles que não compartilham do mesmo capital e da mesma formação escolar, mas também, ressalta a importância do capital escolar que, segundo ele, foi determinante de sua trajetória até se tornar produtor de grãos.

Antes da chegada ao Maranhão, esses agentes tiveram pouco contato com maquinário agrícola, o que demonstra que a imagem do “produtor moderno”, em oposição aos locais, configura-se como ideologia que valoriza o mundo agrícola a partir da ótica do *agronegócio*, opondo-se ao sistema de produção próprio dos camponeses maranhenses. Em termos aproximativos, essa situação se assemelha àquela observada por Paula Andrade (2008) para o caso dos estabelecidos no Sul Maranhense em décadas passadas.

Em outros trechos da mesma entrevista, o agricultor alude à passagem pelo Mato Grosso, definindo-se como um dos *pioneiros* na exportação de soja naquele estado, cujo plantio foi antecedido pela cultura do arroz e outros grãos.

Pesquisador: O senhor passou em Mato Grosso antes?

Jonas: É, foi minha base de conhecer o cerrado, né. Eu passei cinco anos em Mato Grosso e do Mato Grosso foi que eu vim para cá.

Pesquisador: Lá em Mato Grosso foi em qual local?

Jonas: Rondonópolis.

Pesquisador: Quais foram os interesses imediatos para ir para o Mato Grosso?

Jonas: Foi questão de propriedade com fim específico de produzir, né.

Pesquisador: Era soja?

Jonas: Em si, era arroz, grãos, é porque mesmo no ano em que eu fui para Mato Grosso, em 1977, a soja ainda não existia. Não, não se tinha trabalho nenhum em soja. Nós iniciamos, inclusive eu fui um dos pioneiros lá, de plantar soja no Mato Grosso, no Mato Grosso. Eu acho que se tiver que se botar entre os dez, dez primeiros a exportar soja do Mato Grosso fui eu com certeza. Eu era menino muito novo (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

Segundo o entrevistado, a inserção precoce na agricultura mecanizada, assim como a passagem anterior pelo Mato Grosso lhe teria propiciado experiência no novo ambiente, garantindo-lhe certos atributos essenciais para a se reconhecer como *pioneiro* na atividade sojícola.

Outro aspecto importante sobre os deslocamentos dos autodenominados *gaúchos* de diferentes estados do país para o Leste Maranhense corresponde às distintas modalidades de movimento adotadas por esses agentes e organizados, principalmente, com base nos laços familiares, pessoais e de amizade. A constituição de uma rede de relações interpessoais (TILLY, 1986; WOORTMAN, 2009) aparecem nas narrativas de outro entrevistado como elemento importante na viabilidade de deslocamentos por diferentes estados antes do estabelecimento no Maranhão. Os contatos e informações acionadas, assim como a formação de laços de solidariedade entre parentes, amigos e aqueles denominados de *conhecidos* são evidenciados por Antonio, 82 anos, residente no município de Chapadinha e com propriedade agrícola em Brejo.

Esse entrevistado chegou ao Maranhão em 1988, porém se estabeleceu, antes, no Paraná e comprou terras no Mato Grosso e no Oeste Baiano sem se fixar, permanentemente, em nenhum desses lugares. Nesse percurso, as relações de parentesco foram fundamentais para o deslocamento e fixação nas regiões por onde passou, como observamos em trechos de sua entrevista.

Pesquisador: Bom, o senhor ia começar dizendo que era do Sul [do país]. Fale um pouco desse início, quando é que o senhor chegou aqui, o senhor é de onde?

Antonio: Eu sou de Soledade, município de Soledade, Rio Grande do Sul, né, lá no Rio Grande do Sul.

Pesquisador: É no norte do Rio Grande do Sul?

Antonio: É, Espumoso, é. Nós morávamos, ainda era Soledade. Em 1952, foi emancipado, nós nem participamos da emancipação de nosso lugar. Saímos de lá em 1952. Viemos para Paraná em 1952. É, mais ou menos por aí. E aí viemos para o Paraná e encontramos uma dificuldade muito grande, entramos numa região puro mato que nem estrada existia. O município que nós residíamos não pode nem levar a sede para cidade de Capanema.

Pesquisador: É Capanema?

Antonio: É, Capanema, no Paraná, município de Capanema. Aí, ficamos quatro anos num distrito chamado Pérola do Oeste. Aquele tempo era 1956. Aí nós ficamos ali um tempo, fomos abrindo estrada, terra até chegar na sede de Capanema. Aí, naquela época, eu já fui candidato a vereador, tive mandato de vereador lá, para mudar a sede para local definitivo.

Pesquisador: Depois desse local lá, o senhor foi para onde?

Antonio: Nós viemos para cá [Maranhão].

Pesquisador: Passou na Bahia, em Mato Grosso?

Antonio: Não, não. Eu só obtive conhecimento de meus irmãos no Mato Grosso, na Bahia. Tem no Mato Grosso, eu conheço, e achei que aqui no Maranhão, nessa época, seria um dos lugares de futuro, né.

Pesquisador: Mas, o senhor chegou a se estabelecer no Mato Grosso ou só passou?

Antonio: Só passei. Eu tive, tive diversas propriedades no Mato Grosso, tive na Bahia também.

Pesquisador: Em quais locais lá?

Antonio: Eu tive em Campo de Julio, né, Barra do Garças, né.

Pesquisador: E na Bahia?

Antonio: Na Bahia, eu tive em Barreiras, né,

só que eu, a minha saúde não deu pra ficar lá. É um lugar seco, me prejudicou muito a saúde. Também, tem, somos dezessete irmãos, são seis irmãos na Bahia e lá no Paraná e tem outros parentes no Rio Grande do Sul, minha família são dezessete irmãos.

Pesquisador: E esses da Bahia, estão mexendo com o quê?

Antonio: Soja.

Pesquisador: Quando o senhor chegou aqui, por volta de que ano?

Antonio: Eu cheguei aqui em 1988.

Pesquisador: Com quem o senhor teve contato pra vir pra cá?

Antonio: Ah, aqui, acontece que tinha um gaúcho em Balsas que se chamava A. B., conhecido por Alemão Louco.

Antonio: É, o C. [irmão de Antonio] veio e comprou propriedade, nós também compramos, só que ele não veio morar. Depois de oito anos que ele veio (Entrevista concedida em 12 de julho de 2009).

Tomando para análise esse excerto de entrevista, percebe-se a dispersão dos membros de uma família nuclear, que se deslocam do local de origem para outros, no Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Bahia antes de parte deles chegar ao Maranhão. Existe uma rede de solidariedade estruturada a partir dos laços familiares e pessoais em momentos prévios à fixação nos novos lugares e baseada no apoio dos membros familiares (TILLY, 1986; WO-ORTMANN, 2009). A disposição dos laços familiares, de amizade ou daquilo que é entendido pelo entrevistado como “contato com *conhecidos*” chama atenção para a circulação contínua de pessoas, objetos e, também, de informações como fundamentais para a mobilidade dos indivíduos e sua operação em termos da constituição de redes sociais (TILLY, 1986).

A informação sobre o Maranhão como “lugar de futuro” circula por toda essa rede. Percebe-se ainda, como esses agentes, em suas trajetórias, alcançaram distintas modalidades de capitais, inclusive aqueles propiciados pela atividade política, o que os coloca em posições econômicas mais favoráveis nos futuros estados para onde se deslocaram.

Outro entrevistado, André, de 41 anos, residente em Anapurus e com propriedade agrícola e comércio nesse município, leva-nos a observar outros aspectos desde a constituição do patrimônio familiar no local de origem, a acumulação de distintos capitais (terra, por exemplo) ao longo do deslocamento e a transformação na composição do grupo doméstico enquanto se dá a passagem por diferentes destinos. Registra-se, ainda, o deslocamento para distintos municípios, já dentro do Maranhão, antes da fixação no Leste deste estado.

Pesquisador: O senhor é de onde?

André: É, na verdade eu nasci no Paraná, e saí de lá com quatro anos, aí morei oito no Mato Grosso e três na Bahia, agora estamos rente aqui.

Pesquisador: É muito tempo?

André: Sempre andando fora.

Pesquisador: Qual é a cidade que o senhor nasceu?

André: Eu nasci em Pérola do Oeste, Paraná.

Pesquisador: Mas, todos os seus irmãos nasceram lá?

André: Não, não, tem irmão que nasceu em Campo Mourão [PR]. A maioria nasceu aí.

Pesquisador: Primeiro vocês foram para Mato Grosso?

André: É, Barra do Garças, Mato Grosso.

Pesquisador: Foi plantar soja?

André: Soja, também. Lá, eu era empregado, funcionário. Aí nós fomos para Bahia, arrumamos um dinheiro, o pai ganhou um dinheiro, e fomos pra Bahia e compramos ter-

ras na Bahia. Eu era muito novo essa época. Aí compramos um lugar lá em Barreiras, Bahia. Aí não chovia muito, com três anos, nós passamos três anos de seca, aí não colhemos nada. Aí, que meu irmão veio pra São Mateus, Maranhão. Foi que surgiu a idéia a gente vir para cá, [Anapurus], também.

Pesquisador: E qual era a principal dificuldade nessas outras áreas? Era terra cara, era terra que não dava, lá em Barreiras e em Mato Grosso.

André: Não, pra começar, lá, no Mato Grosso a gente não começou porque as terras eram muito caras, lá você compra um bocado de terra é uma fortuna para comprar uma fazenda, então não tinha como comprar terra lá. E lá com pouca terra você não consegue viver, porque é tudo longe. Lá, uma cidade da outra é 200 km, é 300 km, é tudo, é tudo complicado. É plantar muito para compensar, para ser viável. Enquanto aqui já não. Aqui, as terras são baratas e nós viemos pra aqui por causa disso. Mas fomos para uma região da Bahia. A Bahia é muito boa, a região da Bahia é, você já ouviu falar de Luis Eduardo Magalhães, Barreiras? Tem umas partes ótimas, lá demais, tem uns que se deram muito bem lá. Estão tudo por cima lá sabe, só que nós fomos para um local, um local lá que é muito ruim que nem o Piauí, um local que não chove de jeito nenhum, há uma região, é cerrado também, é muito ruim demais, plantava, não tinha sorte, e nós ficamos só três anos, vendemos e viemos embora para cá. E lá, os caras que comparam partiram para gado, outras coisas. Para soja não presta.

Pesquisador: O senhor está aqui desde quando?

André: O meu irmão veio para São Mateus<sup>9</sup>, na Baixada Maranhense, em 1988. Em 1989, nós fomos para lá. Eu morei um ano em São Mateus e no final de 1989, eu vim morar para cá. Desde 1989 que estou morando.

Pesquisador: Ele veio primeiro?

André: Ele veio primeiro, em 1988. Aí, depois eu vim em 1989. Nossa ideia era plantar soja né, porque lá não dá para plantar soja porque chove muito, é brejado, alaga, a soja não funcionava. Aí, surgiu o nome Chapadinha, Chapadinha, tinha chapada, tinha cerrado. Aí, a gente veio conhecer para cá (Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2009).

Observamos como a família se constitui como espaço de relações, a partir da qual os agentes constroem e reconstróem os rumos dos seus vários deslocamentos desde o lugar de nascimento. A mobilidade se configura como processo constante e a dispersão de alguns dos seus membros se caracteriza como parte de estratégias no movimento de busca por novas terras agricultáveis. Seus membros se socializam no curso desses trânsitos, acompanhando os vários deslocamentos dos pais e irmãos, situação que aponta para a forte relação entre processo de mudanças constantes de um estado a outro e o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (FORTES, 1974).

No caso desse entrevistado, o deslocamento para o Mato Grosso acontece em meio ao contexto das mudanças estruturais sofridas na base agrícola dos estados do Centro-Oeste do país, na década de 1970. Nesse momento, o preço da terra encontrava-se em alta, favorecido pela forte incorporação de áreas de cerrado à crescente sojicultura. Só os grandes produtores serão bem sucedidos, naquele momento, no estabelecimento como sojicultores naquele estado. Da mesma forma, na Bahia, as melhores áreas já haviam sido ocupadas por outros cultivadores de soja, o que obriga a

família a buscar terras em outros estados onde as condições climáticas fossem favoráveis e a acumulação de recursos permitisse adquirir terras suficientes para se transformar em produtora de soja. Percebe-se, assim, que a fixação dos grupos familiares de *gaúchos* que se deslocaram do Rio Grande do Sul e estados vizinhos em busca de terras maiores onde possam se fixar como produtores de grãos é determinada por conjunturas específicas relativas à organização do mercado de terras face à composição do grupo familiar e às metas estabelecidas com relação à extensão das terras pretendidas.

A mobilidade do grupo familiar como um todo ou de alguns de seus membros é reflexo da busca pelo acesso à terra e pela fixação em lugar que propicie a oportunidade de seu estabelecimento como produtores agrícolas independentes. No caso de André, o deslocamento para o Maranhão possibilita a acumulação de recursos econômicos e a transformação da condição de “filho dependente” para “pai responsável” de novo núcleo familiar, como uma iniciação (WOORTMAN, 2009), destacada pelo entrevistado por meio da expressão “o cara quer crescer por causa dos filhos, pra vender mais barato e progredir mais”, conforme aparece no trecho seguinte da mesma entrevista:

Pesquisador: Seu André, e quem veio depois [para o Maranhão]?

André: Sempre tem um pessoal que não se dá bem um ano e outro por motivo a ou b, aí acaba vendendo a fazenda e passa, sempre pro lugar mais barato, na verdade é essa, um lugar que possa crescer, né, hoje já nem tanto, mas uns dois anos atrás você venderia 100 hectares no Mato Grosso, você poderia, você poderia comprar 1000 aqui, né, en-

9. Município localizado na região Centro-Norte do Maranhão.

tão, o cara que tem dois ou três filhos que tá lá, o cara quer crescer por causa dos filhos, pra vender pra lugar mais barato e progredir mais (Entrevista concedida em 19 de fevereiro de 2009).

A passagem por Mato Grosso – trabalhando como *empregado* –, a posterior ida para Bahia e a chegada ao Maranhão tempos depois são o resultado da adoção de certas estratégias para a formação de um patrimônio familiar necessário para o avanço em novas áreas. Essas estratégias são acionadas à medida que o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico se altera, movimento associado à recomposição dos membros em novas funções.

Constata-se, assim, que o estabelecimento desses agricultores no Leste Maranhense foi possível pela acumulação de vários capitais, sobretudo o patrimônio familiar reunido nos locais de origem e nos estados para onde se deslocaram. Em termos gerais, podemos traçar três principais conjunturas que marcam os deslocamentos desses produtores de grãos para o Maranhão. Entre fins da década de 1980 e início de 1990, os denominados *gaúchos* teriam chegado com poucos capitais e sem acesso à tecnologia apropriada, de modo a enfrentar as condições geoambientais da região. Esse período é representado pelos entrevistados como um momento marcado pela chegada de um tipo classificado como *aventureiro*, figura que simboliza aquele agricultor desposuído de grandes capitais econômicos na fronteira agrícola. As vantagens encontradas por esses primeiros agricultores dizem respeito aos reduzidos preços das áreas conhecidas como *chapadas* (GASPAR, 2013).

De modo geral, muitos retornaram aos estados de origem ou para os locais por onde já haviam passado, já que não con-

seguiram se estabilizar nos primeiros anos, devido às limitações no padrão de consumo e às dificuldades de obtenção de crédito bancário para a instalação de lavouras de arroz e milho. A sojicultura não havia sido implantada, pois esses agricultores afirmam não terem encontrado condições estruturais e técnicas que viabilizassem os primeiros plantios na região (GASPAR, 2013). Registra-se, portanto, uma lacuna temporal entre a chegada dos primeiros *gaúchos* e o início do cultivo da soja no Leste Maranhense.

No final dos anos 1990, ocorreu a chegada de novos agricultores provenientes de diferentes estados do país, geralmente ligados por laços de parentesco e de amizade àqueles já fixados na região. Nesse momento, os primeiros experimentos de soja tinham sido realizados a partir da iniciativa de poucos produtores (GASPAR, 2013) e, com o passar dos anos 2000, a sojicultura se expandiu no Leste Maranhense, determinada pela proximidade das vias de escoamento, sobretudo o Porto do Itaqui, e baseada na crescente liberação de crédito rural, o que provocou uma elevação do valor das terras no mercado.

Nos últimos dez anos, sojicultores residentes no Sul do Maranhão passaram a se deslocar para o Leste do estado com o objetivo de cultivar em terras arrendadas. O arrendamento tornou-se possível graças às diferenças temporais dos períodos de plantio, colheita e tratos culturais entre as regiões Leste e Sul do Maranhão (GASPAR, 2013).

Diferentemente do Sul Maranhense, onde o período de plantio da soja principia entre os meses de novembro e dezembro, no Leste Maranhense essa etapa se inicia no mês de janeiro, prolongando-se até o final de fevereiro. A partir desta data, no Leste, as áreas passam pelo processo de fertilização, geralmente realizado com aviões monomotores.

O período de colheita acontece em fins de abril estendendo-se, em alguns casos relatados, até as primeiras semanas do mês de julho. Desta forma, passa a existir uma divisão espacial de trabalho entre distintos polos graneleiros nas duas regiões do Maranhão, propiciada por diferenças ambientais e de acumulação de recursos – financeiros, tecnológicos e outros – entre diferentes estratos de produtores de grãos no estado.

Desde o início dos anos 2000, também passaram a se instalar no Leste Maranhense agentes providos de mais recursos econômicos, com disponibilidade de tecnologia e de informações científicas para melhoramento das sementes, aplicação de fertilizantes apropriados ao ambiente biofísico local, visando a exportação da produção sojícola para o Porto do Itaqui, na Ilha de São Luís, caso das chamadas *tradings*.

## 5 Considerações finais

As categorizações relativas aos chamados *gaúchos* que se estabeleceram no Leste Maranhense como produtores de grãos, assim como as autotaxiações formuladas por esses agentes demonstram que, longe de se constituir em grupo homogêneo, representam segmento internamente diferenciado. Ancoradas em certos critérios de avaliação social e econômica, como a quantidade de hectares ou a acumulação de recursos nos locais por onde passaram, as distintas posições sociais e econômicas desses agentes determinam as representações que elaboram sobre o mundo do *agronegócio*. Ao mesmo tempo em que tais agentes econômicos se distinguem entre si, e também em relação a outros agricultores presentes em espaços mais estruturados de produção de grãos, como os da região de Balsas, no Sul do Estado, as trajetórias dos

estabelecidos no Leste Maranhense permitem cartografar espacial e socialmente os pontos de avanço da sojicultura no Maranhão, apontando os efeitos desiguais provocados pela *sociedade do agronegócio* nas áreas por onde se expande.

A presença desses agricultores na região Leste do Maranhão tem se organizado, fundamentalmente, com base em relações familiares e sociais. Para alguns, os laços familiares se apresentam como importantes no deslocamento entre estados, pois possibilitam o conhecimento prévio das áreas e dos meios necessários à inserção nas atividades agrícolas, por meio das informações que circulam entre os que se deslocam e os que permanecem no lugar de origem. Além disso, os contatos com outros agricultores *gaúchos* já estabelecidos na região, identificados como *conhecidos*, ou com distintos agentes já integrados ao mercado agrícola de grãos no Maranhão ou, por vezes, ocupantes de posições sociais de reputação na região (políticos e comerciantes), indicam a formação de uma rede social de solidariedade e apoio fundamental aos chamados *gaúchos* para se estabelecerem como agricultores na nova fronteira agrícola e superarem períodos iniciais de instabilidade (GASPAR, 2013).

As trajetórias de agentes econômicos chegados ao Sul e ao Leste do Maranhão exibem a constituição e consolidação dessa nova fronteira do *agronegócio*, apontando para relações e entrecruzamentos de distintas vertentes desses deslocamentos, processos que continuam a merecer análise e aprofundamento.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciana Schleder. **Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-Norte Mato-grossense**. 2013. 109f. Tese (Doutorado em Ciência Humanas) – Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e modernização nos cerrados Piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 2006. 305f. Tese (Doutorado Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 185-229.
- BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Org.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. “A expansão e os impactos da soja no Maranhão”. In: SCHLESINGER, Sérgio et al. **Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: FASE, 2008. p. 77-146.
- CARVALHO, Aline Maciel de. **Chapadas, carascos e capões: uma abordagem antropológica sobre camponeses numa situação de conflito fundiário no baixo Parnaíba**, Maranhão. 2012. 235f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.
- COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- \_\_\_\_\_. O “agronegócio” e os limites da ambição. In: REUNION DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR, 8., 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2011. p. 1-13.
- DESCONSI, Cristiano. **A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para Mato Grosso**. Rio de Janeiro: E- papers, 2011.
- FERNÁNDEZ, Antonio José C. **Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. 2007. 262f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- FORTES, Meyer. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília, DF: Editora da UnB, 1974.
- GASPAR, Rafael Bezerra. **O eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. São Luís: Edufma/Fapema, 2013.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- GRYNSZPAN, Mário. A afirmação do agronegócio: novos agentes e representações do rural. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Transformações sociais e projetos políticos em concorrência: reflexões a partir do rural.” ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG, 2009. p. 1-20.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Nitéroí: EDUFF, 1997.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. “Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010. Disponível em: [www.scielo.org.br](http://www.scielo.org.br). Acesso em: 13 out. 2010.
- HOLANDA, Felipe de. “Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos”. **Cadernos IMESC 4**, São Luis: IMESC, p. 9-38, 2008.
- IBGE. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2010.

- MENEZES, Marilda Aparecida; SILVA, Maria Aparecida de M. "Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões". *Revista Eletrônica do Nead*. Brasília, v. 1, p. 1-14, 2007. Disponível em: [www.nead.gor.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migrações\\_Rurais\\_no\\_Br\\_novas\\_e\\_velhas\\_questões.pdf](http://www.nead.gor.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migrações_Rurais_no_Br_novas_e_velhas_questões.pdf). Acesso em: 10 set. 2009.
- MORAES, Maria. Dione Carvalho. "Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense." In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). *Diversidade do camponato: expressões e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 131-161.
- NOVAES, Roberta Brandão. *Gente de fora: vida e trabalho dos assalariados do café em uma região de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: E- papers, 2011.
- OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil nação*. São Paulo: Vozes, 2006.
- PALMEIRA, Moacir et al. "Projeto e mudança sócio-econômica no Nordeste". *Anuário Antropológico* 76. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- PAULA ANDRADE, Maristela de. "A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense". In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição?: relatórios de pesquisa*. São Luís: CPT, 1995. p. 15-65.
- \_\_\_\_\_. *Conflitos socioambientais no Leste Maranhense: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba: relatórios de pesquisa*. São Luís: PPGCSoc/GERUR, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: GERUR/EDUFMA, 2008.
- RUMSTAIN, Ariana de Cassia. *Peões no trecho: trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso*. Rio de Janeiro: E-paper, 2012.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Os matuchos: exclusão e luta: do sul para Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- SCHLESINGER, Sergio et al. *Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: FASE, 2008.
- SEYFERTH, Giralda. "Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade." *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 29-58, 1996.
- SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Grilagem de terras no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição?: relatórios de pesquisa*. São Luís: CPT, 1995. p. 67-77.
- SOUZA FILHO, Benedito. *Os pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum*. São Luís: Edufma, 2008.
- \_\_\_\_\_. "A produção de soja no sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses da região". In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa*. São Luís: CPT, 1995. p. 243-275.
- SOUZA JUNIOR, Hailton Pinheiro. *O lugar do progresso: família, trabalho e sociabilidade em uma comunidade de produtores de café do cerrado mineiro*. Rio de Janeiro: E- papers, 2011.
- TILLY, Charles. *Transplanted networks*. Oxford: Center for Studies of Social Change, New School for Social Research, 1986. p. 1-16.
- WAIBEL, Leo. "Princípios da colonização européia no Sul do Brasil." *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 159-222, 1949.
- WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Gonçalves. "Agricultura e mercado: camponato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil." In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Camponato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008. p. 161-190.

WOORTMANN, Klaus. "Migração, família e cam-  
pesinato." In: WELCH, Clifford Andrew et al.  
**Camponeses brasileiros: leituras e interpretações**  
clássicas. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.  
217-238. v. 1.

## NOTAS SOBRE OS AUTORES

**Rafael Bezerra Gaspar** é doutorando em So-  
ciologia e Antropologia no PPGSA/IFCS/UFRJ.  
Mestre em Ciências Sociais no PPGCSoc/UF-  
MA. Membro do Grupo de Estudos Rurais e Ur-  
banos (UFMA) e do Grupo de Antropologia da  
Política (UFRJ). Desenvolve pesquisas na área  
de Antropologia, Sociologia e História, com  
interesse nos seguintes temas: camponato e  
questões agrárias; desenvolvimento; interação  
homem e natureza; agronegócio; conflitos so-  
cioambientais; movimentos sociais rurais; his-  
tória social e econômica.

**Maristela de Paula Andrade** é doutora em An-  
tropologia Social pela USP. Professora associa-  
da III da Universidade Federal do Maranhão,  
onde atua no PPGCSoc e na coordenação do  
Grupo de Estudos Rurais e Urbanos. Pesquisa  
principalmente os seguintes temas: economia  
camponesa e identidade étnica; conflitos agrá-  
rios e ação oficial no campo; novos movimen-  
tos sociais rurais; comportamento político dos  
camponeses; sistemas de classificação da na-  
tureza, conhecimento local e práticas produ-  
tivas tradicionais; impactos de grandes projetos  
sobre grupos camponeses.

**Recebido em: 31.10.2013**

**Aprovado em: 09.06.2014**

